

LEI Nº 2634, DE 18 DE JUNHO DE 1991
(Vide Decretos nº 4732/1992, nº 5217/1994 e nº 5872/1999)
(Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4770/1992)



DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO OMAR MACAGNAN, Prefeito Municipal de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal de Itajaí votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Saúde, órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, composto por representantes do Governo, usuários, profissionais de saúde e prestadores de serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único. A representação dos usuários será partidária em relação aos demais membros.

Art. 2º Ao Conselho Municipal de Saúde compete:

I - definir as diretrizes da política municipal de saúde;

~~II - acompanhar e avaliar a execução da política municipal de saúde;~~

~~III - elaborar e modificar seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Prefeito Municipal;~~

~~IV - convocar extraordinariamente a Conferência Municipal de Saúde;~~

~~V - apreciar a apurar o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;~~

~~VI - apreciar e aprovar as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde;~~

~~VII - estabelecer diretrizes para a participação complementar do setor privado contratado ou conveniado no Sistema Único de Saúde;~~

~~VIII - aprovar e avaliar contratos e convênios com prestadores privados de serviços de saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde;~~

~~IX - fiscalizar e compor auditorias que venham a se mostrar necessárias ao Sistema Único de Saúde.~~

II - implementar a mobilização e articulações contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de Saúde;

III - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados como os de seguridade, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente, portadores de necessidades especiais entre outros.;

IV - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade dos serviços e necessidades de saúde da população;

V - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da Saúde;

VI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

VII - acompanhar e avaliar a execução da política municipal de saúde;

VIII - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

IX - avaliar, periodicamente a execução do plano Municipal de Saúde; (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)

X - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da Saúde;

XI - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

XII - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

XIII - elaborar e modificar seu Regimento Interno e outras normas, comunicando-o ao Chefe do Poder Executivo;

XIV - convocar extraordinariamente a Conferência Municipal de Saúde;

XV - discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

XVI - estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, explicitando

deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde;

XVII - apreciar e apurar o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;

XVIII - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;

XIX - apreciar e aprovar as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde;

XX - estabelecer diretrizes para a participação complementar do setor privado contratado ou conveniado no Sistema Único de Saúde;

XXI - avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estadual e Municipal;

XXII - acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos conselhos de saúde. (Redação acrescentada pela Lei nº 4376/2005)

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:-

~~I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;~~

~~II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;~~

~~III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;~~

~~IV - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;~~

~~IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social; (Redação dada pela Lei nº 2947/1994)~~

~~V - 02 (dois) representantes dos Servidores do Sistema Único de Saúde;~~

~~V - 06 (seis) representantes de trabalhadores na área de saúde; (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)~~

~~VI - Vetado;~~

~~VII - 02 (dois) representantes de prestadores privados de serviços de Saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde;~~

~~VIII - 04 (quatro) representantes de associações de moradores;~~

~~IX - 02 (dois) representantes dos Sindicatos de Trabalhadores;~~

~~X - 02 (dois) representantes de associações de portadores de doenças crônico-degenerativas;~~

~~XI - 01 (um) representante de movimentos populares vinculados à saúde;~~

~~XII - 01 (um) representante da Univali.~~

~~VII - 01 (um) representante dos Conselhos Locais de Saúde do Sistema Único de Saúde;~~

~~VII - 01 (um) representante dos Conselhos Locais de Saúde, servidor do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 4438/2005)~~

~~VIII - 03 (três) representantes de prestadores privados de serviços de Saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde;~~

~~IX - 05 (cinco) representantes de associações de moradores;~~

~~X - 03 (três) representantes dos Sindicatos de Trabalhadores;~~

~~XI - 03 (três) representantes de Associações de Portadores de Patologias e Portadores de Necessidades Especiais;~~

~~XII - 02 (dois) representantes de movimentos populares vinculados à saúde; (Pastorais, AA, Neuróticos, Direitos Humanos, Entidades religiosas com trabalho na área da saúde, Rede Feminina de Combate ao Câncer) (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)~~

~~XIII - 01 (um) representante dos usuários do Conselhos Locais de Saúde. (Redação acrescentada pela Lei nº 4376/2005)~~

~~§ 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Prefeito, sendo que os demais Conselheiros representantes das diversas entidades mencionadas neste artigo, serão indicados por tais entidades, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, para nomeação pelo Prefeito e posse pelo Conselho.~~

~~§ 1º Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que os demais Conselheiros representantes das diversas entidades e Conselhos Locais de Saúde mencionados neste artigo, serão indicados no prazo de 30 dias contados da solicitação, para nomeação pelo Chefe do Poder Executivo e posse no Conselho. (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)~~

~~§ 2º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.~~

~~§ 3º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais e sucessivos.~~

~~§ 4º - Na hipótese de vaga, o suplente completará o tempo de mandato do titular anterior, na forma do Regimento Interno do Conselho.~~

~~§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.~~

~~§ 6º - O número de órgãos ou entidades representados no Conselho Municipal de Saúde poderá ser aumentado ou diminuído, a critério do Conselho e ouvido o Prefeito Municipal, desde que mantida a paridade.~~

Art. 3º ~~O Conselho Municipal de Saúde - COMUSA, terá a seguinte composição:~~

~~a) Representação de entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS:~~

~~I - Um representante da Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas de Todas as Categorias de Trabalhadores em Geral;~~

~~II - Um representante da Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais - APAE;~~

~~III - Um representante do Centro de Tratamento Alternativo Provida - CTA Pro Vida;~~

~~IV - Um representante do Movimento Negro Tio Marco de Itajaí;~~

~~V - Um representante da Associação dos Deficientes Físicos da Foz do Rio Itajaí - ADEFI;~~

~~VI - Um representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer;~~

~~VII - Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí - SSPMRFRJ;~~

~~VIII - Um representante da Associação Socioambiental;~~

~~IX - Um representante da associação, Lar Fabiano de Cristo;~~

~~X - Um representante da União das Associações de Moradores de Itajaí - UNAMI.~~

~~b) Representação de entidades dos trabalhadores da área de saúde:~~

~~I - Um representante da Associação Brasileira de Odontologia;~~

~~II - Um representante do Conselho Regional de Enfermagem - COREN/SC;~~

~~III - Um representante do Hospital Universitário Pequeno Anjo - HUPA;~~

~~IV - Um representante do Conselho Regional de Fonoaudiologia de Santa Catarina;~~

~~V – Um representante da Associação Catarinense de Medicina Familiar e Comunitária;~~
~~e) Representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos;~~

~~I – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;~~

~~II – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;~~

~~III – Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;~~

~~IV – Um representante do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen;~~

~~V – Um representante da Clínica São Lucas;~~

~~§ 1º Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que os demais Conselheiros, representantes das demais entidades, deverão ser indicados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da solicitação, para nomeação pelo Chefe do Poder Executivo e posse no Conselho, cabendo à respectiva entidade a forma de escolha interna de seu representante.~~

~~§ 2º A nomeação dos membros do COMUSA compreenderá a dos respectivos suplentes, também indicados pelas respectivas entidades com representação no Conselho, da mesma forma do disposto no parágrafo anterior.~~

~~§ 3º O mandato dos membros do COMUSA será de três anos, não permitida recondução para mandato sucessivo de membros nomeados como representantes de entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS, previstas na letra "a" do caput deste artigo.~~

~~§ 4º Na hipótese de vaga, o suplente poderá completar o tempo de mandato do titular ou a respectiva entidade a qual o mesmo representa, pode indicar novo titular e/ou novo suplente para completar o mandato.~~

~~§ 5º As funções de membro do COMUSA são consideradas de interesse público relevante e não serão remuneradas.~~

~~§ 6º Para fins de justificativa junto aos órgãos competentes, o COMUSA, por seu Presidente, poderá emitir declaração de participação de seus membros durante o período de reuniões ou ações específicas.~~

~~§ 7º Decorridos 5(cinco) anos de vigência da presente lei, o COMUSA poderá propor ao Prefeito o encaminhamento de projeto de lei ao Poder Legislativo para aumento ou diminuição do número de entidades participantes do Conselho, mantida a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados.
(Redação dada pela Lei nº 6276/2013)~~

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde será composto da seguinte forma, devendo o número de vagas ser distribuído em 50% (cinquenta por cento) às entidades e movimentos representativos de usuários, 25% (vinte e cinco por cento) às entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde, e 25% (vinte e cinco por cento) à representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos:

a) Representação dos Prestadores Públicos e Privados:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal Urbanismo;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

V - 03 (três) representantes de prestadores de serviços privados, conveniados ao SUS;

b) Representação dos Trabalhadores de Saúde:

VI - 07 (sete) representantes de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;

c) Representação dos Usuários:

VII - 02 (dois) representantes de associações de pessoas com patologias;

VIII - 01 (um) representante de associações de pessoas com necessidades especiais;

IX - 02 (dois) representantes de associações de movimentos sociais e populares, organizados;

X - 01 (um) representante de associações de entidades de aposentados e pensionistas;

XI - 03 (três) representantes de entidades sindicais;

XII - 04 (quatro) representantes de associações de organizações de moradores;

XIII - 01 (um) representante dos conselhos locais de saúde.

§ 1º Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que os representantes das demais entidades representativas dos usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços privados, conveniados ao SUS, deverão ser eleitos em Audiência Pública especialmente designada para tal finalidade pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem caberá realizar a convocação pública dos interessados, por edital, bem como a regulamentação do processo eleitoral, em resolução específica, a serem publicados nos meios de publicação oficial do Município de Itajaí com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização da Audiência Pública.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, a resolução do processo eleitoral deverá contemplar a necessidade de indicação de um candidato a representante titular e um suplente, por entidade, sendo que, após a homologação do resultado pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, deverá ser remetida uma nominata dos anditados eleitos, pelo Presidente do Conselho, ao Chefe do Poder Executivo, no mesmo prazo, que formalizará a nomeação dos eleitos titulares e suplentes, por decreto, no prazo de 5 (cinco) dias, para posse no Conselho.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 2 (dois) anos,

permitindo-se a recondução, sendo que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços deverão promover a renovação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas entidades representativas.

§ 4º Na hipótese de vacância, o suplente poderá completar o tempo de mandato do titular ou a respectiva entidade, a qual o mesmo representa, poderá indicar novo titular e/ou novo suplente para completar o mandato.

§ 5º As funções do Conselho Municipal de Saúde são consideradas de interesse público relevante e não serão remuneradas.

§ 6º Para fins de justificativa junto aos órgãos competentes, o Conselho Municipal de Saúde, por seu Presidente, poderá emitir declaração de participação de seus membros durante o período de reuniões ou ações específicas. (Redação dada pela Lei nº 6359/2013)

~~Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde será dirigido por um Presidente, que será o Secretário Municipal de Saúde, e por um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pelo plenário.~~

~~Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde será dirigido por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pelo plenário. (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)~~

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde será dirigido por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários, eleitos em plenário, que comporão a Mesa Diretora. (Redação dada pela Lei nº 6359/2013)

§ 1º - O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir e orientar os trabalhos internos, presidir as reuniões do Plenário e exercer sua representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

~~§ 2º - O Conselho Municipal ora criado manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, a cargo da Secretaria Executiva das Comissões Especiais utilizando-se, dentro das disponibilidades, de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.~~

§ 2º O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura de Itajaí. (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)

~~§ 3º - O apoio técnico ao Conselho Municipal de Saúde será prestado por um Secretário Executivo, designado pelo Secretário Municipal de Saúde, e por grupos técnicos constituídos com finalidade específica.~~

§ 3º O apoio técnico e dotação orçamentária ao Conselho Municipal de Saúde serão garantidos pela Secretaria Municipal de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 4376/2005)

§ 4º Será instalado comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, bem como outras comissões inter-setoriais e grupos de trabalho para ações transitórias. Os grupos de trabalho poderão contar com integrantes não conselheiros. (Redação acrescentada pela Lei nº 4376/2005)

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados de sua nomeação elaborará o seu Regimento Interno, elegendo a sua primeira mesa diretora.

Art. 6º As decisões tomadas pelo Conselho Municipal de Saúde serão exaradas em forma de Resoluções, aprovadas pela maioria simples de seus membros em votação aberta, e submetidas à aprovação do Prefeito Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo adotará as medidas complementares indispensáveis ao cumprimento da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 18 DE JUNHO DE 1991.

JOÃO OMAR MACAGNAN
Prefeito Municipal